

## Das novas possibilidades do trabalho coletivo

Gláucia Campregher

---

*Defendemos neste artigo que a possibilidade de superação do trabalho assalariado, signo da alienação, só pode se dar pelos potenciais de emancipação do próprio trabalho; potenciais estes que são reforçados por alguns elementos (tanto técnicos como sociais) da dinâmica capitalista mais recente da acumulação flexível. Neste sentido, o trabalho é ainda uma “categoria chave” para pensar o capitalismo e sua superação, dado que cada vez mais é a “combinação da atividade social que aparece como produtora” (Marx). Essa “combinação” se dá hoje mais no território que na fábrica, é organizada mais transversalmente que verticalmente e pode, com o devido apoio, gerar redes de cooperação onde o trabalho, em sua dimensão produtiva, seja, no mínimo, melhor recompensado; e em sua dimensão formativa, no mínimo, menos alienado. Fechamos o artigo com uma análise dos potenciais de articulação do trabalho da assim chamada “economia solidária”.*

*This article attempts to show that more recent dynamics of capitalism based in flexible accumulation (in both dimensions technical and social) puts again the question about another kind of work, not pay by wages, and not unconscious about its power. In this way, work is yet “a key category” to think society (in the opposite view of Claus Offe). Following Marx, we believe that the combination of social activity is the power of productivity. And nowadays, this “combination of social activity” exists in territory before its appropriation by capital, is organized by a different kind of entrepreneur (a political one – Negri), and gives small firms a chance for survive in nets. Therefore, we don’t agree this is a “post capitalism” coming. Even capitalistic forces gain with this, and reorganize their power of*

*concentration in different ways. At the end, we analyze the power of "solidarity economy" as a new kind of labor union using capital logic against capital.*

## 1. Introdução

Defendemos aqui que a possibilidade de o indivíduo ser "mais universal e mais vinculado à humanidade", para ser concreta, tem de envolver trabalho; seja o trabalho na sua dimensão produtora de bens e serviços (que é a mais trivial), seja naquela (aparentemente menos comum) produtora de organização social. Isso porque o trabalho, mais que qualquer outra coisa, vincula o indivíduo à comunidade mais próxima e à sociedade em geral da forma mais íntima possível.<sup>1</sup> Mais concreto ou mais abstrato, o trabalho envolve sempre *uma combinação explícita de ações e operações entre os indivíduos*,<sup>2</sup> que estão por sua vez organizados em grupos sociais. Envolve também razão instrumental e razão comunicativa, relações de interesse e relações de solidariedade, economia e sociedade.<sup>3</sup>

O elemento central que justifica a percepção de alguma positividade no desenrolar recente da dinâmica capitalista é o reconhecimento de que,

---

<sup>1</sup> Mesmo que o trabalho compartilhe com a linguagem e o sexo essa primazia ontológica – afinal, a despeito de importantes e determinadas aparências em contrário, ninguém trabalha sozinho, nem "transa" sozinho ou fala sozinho –, do nosso ponto de vista, as formas da sexualidade e de comunicabilidade são, ao longo da história, mais determinadas pelas formas de organização do trabalho e das trocas do que determinantes dessas. De fato, essa não é uma tese dominante nas ciências sociais e provar a sua razão está muito longe dos objetivos deste artigo. Vide a respeito os trabalhos de Campregher, G., "Desdobramentos lógico-históricos de uma ontologia do trabalho em Marx", mimeo: Unicamp, 1993, e "Contribuição à crítica da economia política do não-trabalho", mimeo, Unicamp, 2000.

<sup>2</sup> Faz parte dessa combinação a aceitação, pelos trabalhadores, da convivência com uma série de estratégias ou operações técnicas resumidas numa máquina que, a despeito de não passar de um produto do trabalho humano, se apresenta aos trabalhadores como instrumento de sua subordinação e negação. Assim, mesmo que certas operações possam permanecer absolutamente desconhecidas para a grande maioria dos trabalhadores, a convivência com esse desconhecimento tem de ser *combinada, acordada*, ou se poderá reagir a ele de modo, inclusive, violento.

<sup>3</sup> Vide Campregher, G. "Contribuição à crítica...", op. cit., principalmente os caps. da parte I.

cada vez mais, “a combinação da atividade social é que se apresenta como produtora”;<sup>4</sup> um reconhecimento que, entretanto, oscila entre o óbvio e o controverso. Senão vejamos.

Desde logo, não é óbvio que as coisas nem sempre foram assim. Nem sempre a produção das normas, das leis, das ciências ou das instituições foi tão semelhante à produção das coisas. Na verdade, essa semelhança é o resultado do longo processo histórico de redução da “ação” e da promoção do “labor” ao “trabalho”<sup>5</sup>. A produção de leis e normas de gestão do Império chinês ao tempo do mandarinato e o trabalho dos agricultores naquele mesmo tempo não tinham nada em comum! De fato, só o capitalismo alcança reduzir *o conjunto* das atividades humanas a procedimentos que são passíveis de *aprendizado, rotinização e corporificação em maquinismos*.

Tal redução não é, do nosso ponto de vista, necessariamente ruim. Se existem os que, como Habermas, acreditam no contrário – que os sistemas resultantes desse longo processo histórico aparecem como um conjunto autônomo e independente de procedimentos mecânicos,<sup>6</sup> tratando-se então de uma independização absoluta dos subsistemas (como ele os chama) do poder e do dinheiro – existem também os que acreditam que esses, ao contrário de estarem fora do alcance “de todos”, são hoje mais que nunca passíveis de serem compreendidos e mesmo de serem desprivatizados.

---

<sup>4</sup> Marx, K. “Elementos fundamentales para la Crítica da Economía Política (Grundrisse)”. México: Siglo XXI, 1983, p. 233.

<sup>5</sup> Dialogamos aqui com a nomenclatura de Hanna Arendt – para quem se trata de coisas distintas – o trabalho, o labor e a ação –, que teriam sido tornadas, erroneamente, uma mesma coisa – o trabalho – por Marx. Discordamos da autora justamente aí: “quem” reduz o labor (atividade repetitiva, pouco criativa e que nada transforma) e a ação (atividade política que tudo transforma e não apenas a matéria) ao trabalho é o capitalismo e não Marx. Vide Campregher, G. “Contribuição à crítica ...”, op. cit., cap. 1 da parte II.

<sup>6</sup> Esses subsistemas seriam autônomos e desacoplados do “mundo da vida”. Só neste último haveria chance para a dominação de valores mais “humanos” pertinentes a um razão superior; nos primeiros reinaria ainda a dominação do capital e sua racionalidade instrumental. Vide Habermas, J., “Teoría de la acción comunicativa”. Buenos Aires: Taurus, 1989.

É o caso de Negri, por exemplo, que vê nos novos procedimentos de socialização do trabalho o surgimento de sujeitos novos capazes de conferir novos sentidos à dominação. O pressuposto teórico distinto de Habermas é que não se separam aqui os “subsistemas do poder e do dinheiro” do “mundo da vida”. A dominação opera lá e cá, como também as estratégias de resistência e oposição; e isso sem que esses campos sejam delimitados de algum modo.

Assim, se não há essa divisão rígida entre sistema e “mundo da vida”, nem este último escapou à colonização mais brutal (como acredita Habermas), nem foi plenamente colonizado (como acreditavam os primeiros frankfurtianos mais pessimistas). E nem podemos dizer que o sistema já opera sozinho contra o que sobrou de humano nos humanos. Voltando ao trabalho, é ele que assemelha ambos – sistema e mundo da vida. Isso por que também ele não pode ser pensado como tendo duas dimensões absolutamente distintas: a produtiva e a formativa<sup>7</sup> – onde a primeira estaria mais ligada à racionalidade técnica própria do sistema, e a segunda à racionalidade substantiva própria do mundo da vida.

Fazem parte do trabalho tanto as dinâmicas de simplificação, rotinização, e mecanização que atingem inúmeras funções dentro da administração e gestão do poder quanto as dinâmicas de complexificação, de enriquecimento de conteúdos de conhecimento – sejam aqueles de caráter mais técnico-científico, sejam de caráter mais sociopolítico-cultural (onde as relações sociais, o entrosamento comunitário e o conhecimento de diferentes tipos de organizações e instituições são fundamentais) – que atingem hoje até o chão de fábrica.

Um exemplo dessas novas funções do trabalho, incorporadas inclusive num novo agentes, produtivo (algo entre o trabalhador, o empresário e o político em suas formas tradicionais), é o caso do “empresário político” de Negri que, como veremos mais adiante, é aquele cuja “intermediação

---

<sup>7</sup> Vide a recuperação dos significados desses termos a partir de Marx em Maar, W. L., “Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?”. In: Vigevani, T. et., al., *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

passa a receber uma conotação política, pois é através de sua ação que o processo produtivo ganha um sentido ordenado, coeso e completo”.<sup>8</sup>

Esse modo de encarar o trabalho social como tendo atingido um grau de abstração que vai além da mera transformação em “angu” do fazer coletivo de todos os assalariados envolvidos em atividades produtivas (fabris e não fabris, ou seja, aqui incluídos o comércio e os serviços), equivale a ver toda a “atividade social” paralela (inclusive a própria dominação) como sendo igualmente trabalho. Trata-se pois de uma tendência de hiperabstração do trabalho da qual se beneficia ainda o capital, mas que carrega possibilidades de superação daquele, do nosso ponto de vista, superiores às que carregava o velho proletariado.

Uma prova disso, como iremos ver, é a constituição de inúmeras experiências, em diversas regiões do planeta, de um sentimento de solidariedade “de classe” baseado, entretanto, na positividade de *condições “subjetivas”* – em oposição à negatividade da condição objetiva de destituição de toda forma de propriedade que, no marxismo clássico, era considerada a base da solidariedade operária – que dizem respeito à *consciência dos direitos de cidadania e ao pertencimento a um território estruturado pelo trabalho*.<sup>9</sup>

Dito isso, o conjunto deste texto é uma tentativa de mostrar que estão abertas as possibilidades para que o trabalho possa assumir o seu papel

---

<sup>8</sup> Negri, A. “O empresário político”, in Urani, A., Cocco, G. e Galvão, A. (orgs), “Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Terceira Itália”. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 67. Adiantando um pouco o que veremos mais à frente, defendemos a hipótese de que, exatamente quando criar uma empresa torna-se “trivial” – de tal modo que é ela, e não os bens e serviços finais, que passa a ser produzida em série –, a conotação política ressurge transformada, perdendo a dimensão “adjetiva” que caracteriza o herói de Arendt, em prol da dimensão mais substantiva do indivíduo cidadão de Negri.

<sup>9</sup> Não estamos dizendo que o proletariado constituído a partir da destituição de toda forma de propriedade não poderia jamais ter sido pensado como “fonte de toda riqueza e toda cultura”, como denuncia Offe ser o pensamento de Marx (Offe, C. “Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho”, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 20) Pelo contrário, acreditamos que agiu em conformidade com os limites de sua época, tendo produzido ao fim e ao cabo os avanços democráticos (políticos e econômicos) que são hoje a base daquela positividade subjetiva a que nos referíamos acima.

de sujeito das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas de nossa época, fazendo do acúmulo da transformação quantitativa (onde ele é objeto) uma ponte para a mudança qualitativa, bem nos moldes da dialética hegeliana.

## 2. Da defesa do trabalho como base do sujeito coletivo da emancipação

Hoje quase enterrado, o debate sobre o papel dos trabalhadores como sujeitos da história já fez rolar muito papel. Dentre o vasto material produzido, dialogaremos aqui com uma síntese recente de Wolfgang Leo Maar<sup>10</sup> que traz para o Brasil uma bibliografia pouco conhecida, pois é mais restrita à língua alemã, cujos estudos procuram, na realidade atual, argumentos novos para a defesa do papel emancipador do trabalho.

Maar começa por analisar o debate entre Oskar Negt e André Gorz em torno da pretensa falência do proletariado como sujeito da história. Negt pretende que seja *“totalmente óbvio que as utopias da sociedade do trabalho não estão esgotadas na escala mundial, que os povos miseráveis retiram suas esperanças de libertação da miséria do desenvolvimento do trabalho”*.<sup>11</sup> Isso significaria uma alternativa ao “passo atrás” que nos sugeririam Gorz e Habermas.<sup>12</sup> Essa alternativa passa por um exercício de unificar as dimensões da ação (e/ou da interação) e do trabalho, da razão crítica e da meramente instru-

---

<sup>10</sup> Maar, W. L. “Fim da sociedade.”, op. cit. Com exceção de Oskar Negt e Elmar Altvater, acreditamos que os demais pensadores alemães citados por Leo Maar sejam pouquíssimo conhecidos no Brasil; se citamos seus nomes, é apenas para vermos que nem tão poucos são aqueles que se colocam na perspectiva descrita no texto acima: Zech, Kern, Schumann, Honneth, Kraemer, Schmied-Kowarzit, Ullrich, Strasser.

<sup>11</sup> Negt, apud Maar, “Fim da sociedade.” idem, p. 88.

<sup>12</sup> Pois, como diz Maar, “uma saída de marcha a ré é ensaiada tanto por Gorz como por Habermas” à medida que eles respondem afirmativamente à questão: “Estaria em causa o fim da sociedade do trabalho como lema restaurador da concepção do ‘trabalho formativo’ (o do espírito, hegeliano!), como mito burguês, cuja idéia a história do trabalho real, físico, apenas ilustra, exemplifica? Seria um retorno da sociedade de classes à sociedade civil e sua dualidade do burguês e do cidadão?”. Idem, p. 94.

mental. Ao contrário do que fazem aqueles autores que, como Gorz, as separam e com isso se deparam com algumas aporias. Como diz Maar:

“O eixo da argumentação de Gorz é retirar a atividade autônoma do alcance do trabalho econômico e de sua moral de eficiência, numa ‘utopia do tempo livre’. Mas isso se dá inserindo-se essa mesma atividade numa relação favorável com o trabalho assalariado, paradigma da produção capitalista. Em Gorz há, portanto, uma aporia: dois planos ‘desconexos’ de ação política, mas que se ‘relacionam’. Negt procuraria evitar esta aporia, atribuindo um mandato político amplo à representação social (sindical) *no plano do trabalho econômico coletivo*.”<sup>13</sup>

Segundo Maar, Negt e os demais acreditam mesmo em uma “nova qualidade de unificação do trabalho” onde os trabalhadores da produção não estariam separados daqueles que realizam tarefas de “regulagem e controle”. Acreditam que, se o desmoroamento da produção em massa fordista não é mera ideologia, será sob seus escombros que – como pretendem Kern e Schumann – encontraremos uma

“nova ‘qualidade de unificação’ do trabalho atual. O tempo libertado do trabalho produtor de bens de consumo seria usado por um aumento das atividades de regulagem e controle, sob a égide do trabalho coletivo do ponto de vista do trabalho. Sob a égide do capital, enquanto trabalhador coletivo capitalista, para o qual ‘trabalho’ seria apenas o ‘produtivo’, isto não seria ‘trabalho’ mas função do capital. Mas há muitas atividades fora do espectro estrito do trabalho produtivo que também são ‘trabalho’; precisam ser consideradas como tal para restabelecer os vínculos de seu potencial emancipativo com a efetiva estrutura material produtiva, expor uma racionalidade social”.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*. Os grifos são nossos.

<sup>14</sup> Kern e Schumann, apud Maar, *idem*, p. 100.

Do nosso ponto de vista, contudo, só se pode seguir adiante com este raciocínio se fizermos um pequeno acerto de contas. Temos de admitir que o potencial emancipador do trabalho não se desenvolve pela afirmação político-ideológica de uma única classe trabalhadora composta pelos destituídos da propriedade. Para nós, a *consciência da perda de toda forma de propriedade é fator necessário mas não suficiente para que se erijam valores positivos efetivamente unificadores do sujeito coletivo*. Enquanto grassou, na prática política socialista, o coletivismo forçado – valor abstrato, sem determinações reais e objetivas e, por isso mesmo, compatível com práticas individualistas, burocráticas e autoritárias – como único valor necessário e suficiente, “sobrou” para o capitalismo a defesa do puro individualismo. Do lado da prática teórica, as coisas foram um pouco melhor, mesmo assim, estruturalismo e dialética não conseguiram se somar e erigir um paradigma alternativo àquele baseado no individualismo metodológico.<sup>15</sup>

Os “valores positivos” que mencionamos já começam a emergir de pesquisas as mais diversas onde indivíduos e grupos sociais conformam um objeto comum. São esses advindos de experiências que envolvem uma educação diferenciada, um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade ou região, um passado democrático e de forte conteúdo comunitário, ou uma cultura cívica (como chama Putnann<sup>16</sup>), e um conjunto de experiências cooperativas as mais diversas. Isso não quer dizer que esses elementos já estejam trabalhados de modo a defendermos aqui que a tarefa de se construir uma base real – na teoria e na prática – para a unificação dos sujeitos individuais em torno de um projeto coletivo já esteja acabada. Pelo contrário, está ainda por fazer. Até porque sem um elemento comum que costure todas essas investigações sobre o potencial

---

<sup>15</sup> O estudo “Dialética, estruturalismo e (pré)pós-estruturalismo” (in Fausto, R., “Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção de mercadorias como circulação simples”. Rio de Janeiro; Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997, apêndice) dialoga com o que estamos dizendo, à medida que mostra como só um “estruturalismo quase dialético, como o de Mauss” poderia superar o individualismo metodológico de um Weber e o estruturalismo de um Levis Strauss.

<sup>16</sup> Putnann, R. “Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna”. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

emancipador de indivíduos e comunidades, cada uma dessas pesquisas vai continuar no mesmo lugar onde hoje está: nas coleções oficiais dos organismos internacionais das “melhores práticas”. O que nos preocupa é que muitos que chegam àquela nossa conclusão – de que a falta de propriedade é insuficiente para essa unificação dos trabalhadores em torno de um projeto de emancipação social – deixam de buscar no trabalho um elemento comum, trocando o “paradigma do trabalho” por outro, como o “paradigma da linguagem”, como o fez recentemente Haddad.<sup>17</sup>

Na direção contrária, como dissemos até aqui, acreditamos que o trabalho seja ainda a fonte de um potencial de identificação dos indivíduos que quando acumular força política poderá mudar os rumos da história. Quais são os indicativos na realidade atual que nos têm feito acreditar nisso? Onde eles prosperam? É o que veremos a seguir.

### **3. As possibilidades abertas pelo pós-fordismo – o território no lugar da fábrica, o empresário político, as redes de pequenas empresas**

A manifestação mais evidente da negação do trabalho no mundo inteiro é a redução do emprego industrial que, via de regra, se faz acompanhar pela redução da formalização da contratação do trabalho. Em meio a essa alteração das formas de contratação do trabalho, ou a essa redução do assalariamento, existe um vácuo deixado pelo capital. De fato, a mão-de-obra redundante, não sendo mais exclusivamente composta dos desqualificados, é uma massa de trabalho sobre a qual não incide mais

---

<sup>17</sup> Diz esse autor: “... uma coisa é certa: como nenhuma das classes, na sua particularidade, carga consigo os interesses universais da humanidade, a única forma de construção de um projeto alternativo de sociedade não pode deixar de contar com um elemento fundamental: o diálogo. Eu, que (...) me afastei muito da abordagem de Habermas, tenho que concordar com ele num ponto muito importante: ‘a perspectiva de emancipação não resulta de modo nenhum do paradigma da produção, mas sim do paradigma do agir orientado no sentido do entendimento mútuo. É a forma dos processos de interação que tem que ser modificada, se se quiser descobrir no plano prático o que é que os membros de uma sociedade poderiam querer em uma determinada situação, bem como o que é que elas deveriam fazer em prol de seu interesse comum’.” Haddad, F. “De Marx a Habermas: o materialismo histórico e seu paradigma adequado”, mimeo, USP, 1996, p. 62.

soberanamente o poder organizador do capital. Mesmo que este venha a se fazer de novo presente em momentos de expansão dos ciclos de negócios, a alternativa de auto-organização dos trabalhadores<sup>18</sup> durante a fase ruim ganha perenidade, passando a se constituir numa alternativa permanente.

Além desse aproveitamento de brechas cíclicas, há que se ver que, se a revolução tecno-informacional em curso beneficia a concentração e a centralização do capital em escala global, também beneficia a articulação local (e “glo-cal”) de trabalhadores. Mas que se entenda bem: não estamos defendendo aqui uma variante de determinismo tecnológico, que atribuiria todo progresso de articulação entre sujeitos complexamente determinado aos avanços da internet. Não acreditamos que seja o caso, nem de alardear os efeitos salvadores (de socialização), nem de praguejar contra os efeitos devastadores (de des-socialização) deste ou daquele desenvolvimento da “world wide web”. Acreditamos, isto sim, que é possível colocar as novas estruturas informacionais e comunicacionais a serviço de um projeto que tanto pode ser o do crescimento da dependência social da ciência e da técnica comandada pelo capital, como pode ser o do crescimento das possibilidades da auto-organização dos trabalhadores.

Se essa auto-organização não é fenômeno natural, efeito tendencial obrigatório do funcionamento desta ou daquela lei econômica, é, por isso mesmo, fenômeno de envergadura distinta, com especificidades próprias a esse ou aquele país ou região. De fato, se o que confere generalidade a este fenômeno é a própria universalização do fordismo que o antecedeu, é a extensão do pacto fordista para o estado de bem-estar social, ou seja, as conquistas de direitos que conferiam *status* de cidadania aos trabalha-

---

<sup>18</sup> Pois assim consideramos todos aqueles profissionais treinados (ou formalmente educados) para exercer alguma função cuja produtividade para o capital é discutível (falaremos disso mais à frente), mas que não se enquadram mais em nenhuma esfera “aurática”. Nenhum burocrata de Estado, nenhum cientista de renome, nenhum programador altamente qualificado tem um lugar “de classe” (adjetiva e substantivamente falando). Ou seja, ou se é um trabalhador produtivo para o capital, qualquer que seja a materialidade do trabalho que este executa, ou se é um trabalhador improdutivo para o capital, mas não necessariamente para a sociedade. Se essa pessoa em particular não se articular com outros trabalhadores para dar vazão a sua produtividade social, a sua sobrevivência estará ameaçada, e os seus títulos não terão *strictu sensu* nenhum valor.

dores, o que define em que medida o território<sup>19</sup> toma o lugar da fábrica como eixo da articulação das forças produtivas no momento presente.

De tudo o que se disse nos anos 80 e 90 acerca do fordismo e do pós-fordismo, já existem “n” balanços que dão conta de um universo amplo de questões. Dentre estes, chama a atenção o balanço de Cocco, que tem o mérito de ir além do inventário de questões em aberto para arriscar uma síntese:<sup>20</sup> a da caracterização de um paradigma pós-fordista que relaciona as *performances* das empresas (o nível micro) e dos países (o nível macro) ao aproveitamento do “território como meio socioproductivo” onde se dão as articulações entre as mais diversas formas de trabalho.<sup>21</sup> Esse reenquadramento paradigmático é responsável, ainda, por recolocar: 1) a questão da dinâmica econômica como consequência, e não como causa, das desigualdades sociais e distributivas;<sup>22</sup> 2) a questão do Estado – en-

---

<sup>19</sup> A base desta reflexão acerca do território como fator da auto-organização dos trabalhadores se encontra fundamentalmente nos textos reunidos por Cocco, Galvão e Urani, cujo alcance não se restringe ao caso da Itália. Urani *et al.*, “Empresários e empregos...”, *op. cit.*

<sup>20</sup> Vide os capítulos 2 e 3 (“Fordismo e pós-fordismo” e “O pós-fordismo: a nova qualidade do trabalho vivo”) de Cocco, G. “Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização”. São Paulo: Cortez, 2000.

<sup>21</sup> Em linhas gerais: “Os paradigmas sociais do pós-fordismo qualificam-se pela emergência de atividades imateriais de coordenação, inovação e gestão que requalificam a própria forma-empresa. Novos fatores estratégicos emergem, isto é, as atividades imateriais de pesquisa e desenvolvimento, da comunicação e do *marketing*, do *design* e da formação. A centralidade dessas novas competências não se funda unicamente nas dinâmicas de reorganização dos processos de trabalho, mas sobretudo no fato de que elas permitem viabilizar a integração destas com as dinâmicas de consumo. É dessas atividades que depende a integração produtiva, a montante dos comportamentos de consumo, pois elas são capazes de propor inovações técnicas e soluções estéticas adequadas a uma nova organização do trabalho cuja mecânica implica níveis cada vez mais importantes de cooperação nos locais de produção, mas sobretudo entre esses locais e as redes de comunicação que estruturam os territórios metropolitanos”. *Idem*, p. 87.

<sup>22</sup> Tornando cada vez mais de difícil legitimação o discurso político da defesa do crescimento prévio “do bolo” (da renda). Afinal, “a superação das desigualdades, (...) da determinação de um acesso aos serviços, de uma universalização dos saberes, não podem mais ser postergados na espera dos efeitos do crescimento (e de seus impactos sobre a dinâmica do emprego), [uma vez que] constituem a condição deste. Por isso, discute-se cada vez menos política industrial para pensar a política econômica do território, isto é, uma política capaz de valorizar as interdependências entre indústria e redes de cooperação, entre dimensões fabris e dinâmicas sociais”. *Idem*, p. 88.

quanto articulador fundamental do espaço efetivamente público – no centro da disputa pela hegemonia social.<sup>23</sup>

Mas para um adequado tratamento destes desdobramentos, é preciso, primeiramente, que nos atenhamos ao universo de questões que dizem respeito às possibilidades do território como pólo organizador do trabalho. O próprio Cocco define para esta questão três “eixos de conceituação”: 1) das relações entre produção e território; 2) das relações entre produção e cidadania; e 3) das relações entre os atores produtivos e a emergência do que ele chama de “empresário político” ou “empresário coletivo”. Destas emergem três “eixos de reflexão”, que apontam respectivamente para: “o caráter público assumido pela produ-

---

<sup>23</sup> O raciocínio completo que leva a tal reflexão diz o seguinte: “Se atrás da centralidade da empresa de ponta esconde-se a centralidade do trabalho imaterial (dos manipuladores de símbolos), então as verdadeiras questões estratégicas emergem no nível dos processos de territorialização e espacialização desse trabalho imaterial. O desenvolvimento endógeno, as sinergias entre investimento individual e produtividade coletiva que o Estado é chamado a gerar passam, na realidade, pela territorialização do trabalho imaterial. Essa passagem é determinada pela absoluta interpenetração entre indústria e serviços, pelo fato da indústria ser cada vez mais terceirizada e os serviços cada vez mais industrializados. Pois as indústrias tecnologicamente avançadas nutrem-se dos recursos sociais e culturais distribuídos nos territórios, e vice-versa. A desnacionalização do capital físico-material é seguida pela nacionalização do saber, o comando sobre sua organização. (...) Em geral, podemos dizer que, na chamada ditadura do mercado, a fábrica torna-se minimalista, não constituindo mais o padrão ótimo de organização social. Isto é, a passagem para o pós-fordismo é, de certa forma, o resultado de transformações na própria natureza e no próprio estatuto da produção industrial e, com ela, das grandes corporações operárias e burguesas que constituíam as bases dos compromissos sociais que tornavam material a constituição formal dos diferentes países. A crise da sociedade civil é o marco mais significativo dessa transição. Por causa dessa crise é que os novos espaços públicos, embora funcionem como motores do novo regime de acumulação, ainda não foram reconhecidos como espaços de recomposição possível e necessária do político e do econômico. É nessa negação das dimensões públicas da produção e das forças de trabalho no pós-fordismo que as novas formas de segmentação-exclusão tornam-se os eixos privilegiados de recomposição do comando”. *Idem*, p. 89. Não é necessário dizer que para impedirmos uma recomposição do comando burguês e construirmos uma nova hegemonia política é fundamental que respondamos a exclusão com inclusão. Mas o radical aqui não são as bandeiras que criticam o economicismo do neoliberalismo enquanto reclamam politicamente o pleno emprego via retomada do crescimento econômico, mas sim aquelas intervenções que procuram tornar os trabalhadores conscientes daquelas dimensões públicas, tornando-os empresários de si mesmos.

ção, na medida em que esta passa a se fundamentar nos territórios”; a conotação produtiva das relações inter-individuais que conferem “à cidadania um significado intrinsecamente econômico”; e as modificações no processo cooperativo advindas da transferência do “lugar” da produção para o “território das cidades”, ou do espaço estritamente privado para o espaço público.<sup>24</sup> O que resulta dessa construção é que, se no fordismo as dimensões produtiva e cidadã do indivíduo estavam separadas, obedecendo à clivagem entre esfera pública e privada, nos distritos industriais essa clivagem é “significativamente abalada, ao espalhar pelo território o processo produtivo”. Por isso mesmo, como bem o diz Cocco,

“não se trata de imaginarmos um novo indivíduo que seja ao mesmo tempo produtor e cidadão, pois isso em nada contraria o fordismo. A novidade está no significado público assumido pelas relações sociais de produção.”<sup>25</sup>

Assim, paralelamente à superação da rigidificação fordista<sup>26</sup> pela “acumulação flexível”,<sup>27</sup> abre-se a possibilidade de uma superação do assalariamento como forma exclusiva do trabalho e da grande empresa como destino de toda e qualquer empresa vitoriosa na concorrência capitalista. Não muda apenas a forma de contratação do trabalho, mas da sua organização, de modo que os trabalhadores têm a chance de se organizar independentemente do empresário (ou, pelo menos, independentemente

---

<sup>24</sup> Em Cocco, G., Galvão, A. e Silva, M. *Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira*, in URANI, A. et al. (orgs), “Empresários e empregos...”, op. cit., p. 13 a p. 33.

<sup>25</sup> Idem, ibidem.

<sup>26</sup> Vide Neto, B. “Elementos para uma história econômica da rigidez e da flexibilidade na produção em massa”. UFSCAR, mimeo, 1997.

<sup>27</sup> Vide principalmente a respeito Harvey, D. “A condição pós-moderna”. São Paulo, Loyola, 1992; e Piore, M. e Sabel, C. “The second industrial divide”. Nova York: Basic Books, 1984.

daquele empresário que meramente pagava o preço da força de trabalho e a carregava para a fábrica). O que significa dizer que o trabalho não está fadado a amargar o destino inexorável de uma flexibilização contratual<sup>28</sup> apenas benéfica para o capital. Analisando o que ocorre nos territórios da chamada “Terceira Itália”, onde essas possibilidades já começam a dar frutos, Cocco salienta que:

“Nos distritos industriais, as novas formas de trabalho – em tempo parcial, por tempo de serviço, os trabalhadores autônomos – difundem-se pelo território. Se o emprego (formal, *full time*) entra em crise, o trabalho (em suas múltiplas formas) se espraia pelo território, *integrador* de uma diversidade que encontra as condições para sua reprodução nas cadeias produtivas formadas pelas redes de pequenas e médias empresas. Na interação entre esses inúmeros atores produtivos, catalizando e organizando os fluxos materiais e imateriais existentes entre eles, emerge um tipo de empresariamento essencialmente político”.<sup>29,30</sup>

Quando toda e qualquer atividade é trabalho, quando todo e qualquer conhecimento é útil, quando já se começa a ler no ócio o trabalho de reflexão exibindo suas propriedades inovativas, quando a organização social não aparece mais para o senso comum como “mistério” (terreno dos deuses, magos, profetas e reis), nem como “problema” (terreno dos ge-

---

<sup>28</sup> Ainda que esta aconteça, e de modo perverso, em toda parte que as conquistas sociais estejam atreladas aos direitos trabalhistas. Mas, a solução, nesse caso, não é restringir as ações à defesa dos direitos adquiridos no passado; é articular uma pressão por direitos mais amplos, dado que o trabalho passa a ser uma base estreita para a ampliação de direitos. Para tanto, contudo, os sindicatos deveriam passar a ser considerados, pelos próprios sindicalistas, bases demasiadamente estreitas da articulação social; o que, diga-se de passagem, já começa a acontecer.

<sup>29</sup> Idem, p. 25.

<sup>30</sup> Para a compreensão do conceito de “empresário político”, vide Negri, A. “O empresário político”, in Urani *et al*, op. cit., p. 59 a p. 75.

nerais, políticos, filósofos e cientistas), mas como “obra” (terreno dos trabalhadores em geral), quando enfim a capacidade produtiva é menos associada a uma “força” (de trabalho, inclusive) e mais a um “modo”, é que já estamos vivendo num tempo que questiona a necessidade da acumulação capitalista para tornar produtiva toda e qualquer capacidade de trabalho; num tempo em que o trabalho já pode vir antes do (mesmo que não possa, ainda, vir sem) capital. Segundo a aguda reflexão de Antônio Negri,

“Questionando a propósito da autonomia das redes de produção e sublinhando o fato de que nessas redes a produtividade decorre da força de cooperação dos agentes (atores, trabalhadores) e que as relações são, então, caracterizadas pela intensidade particularmente singular da participação à relação produtiva, estamos, assim, levados a concluir que a autonomia das redes de produção significa em último lugar que as redes funcionam independentemente do empresário.

Essa conclusão se exprime, todavia, em termos que não são satisfatórios. Deste modo, se o empresário aparece freqüentemente excluído da função de produção direta e da organização do trabalho (que reside, ao contrário, na autonomia dos trabalhadores), resta o fato de que ele é, apesar disso presente em todos os (e dentro de qualquer dos) casos estudados. O empresário exerce uma mediação específica sobre essas redes e entre elas. Em que consiste essa especificidade? De que maneira ela se diferencia das funções tradicionalmente ligadas à figura do empresário? Para começar a responder a essas interrogações, devemos logo afirmar que essa nova especificidade da função empresarial foi por nós qualificada de política. Nessa configuração precisa, qualificando dessa maneira a função empresarial, queremos ressaltar tanto a independência relativa das redes quanto a forma particular da mediação empresarial, ora exercida. Mas essa definição seria uma tautologia se não acrescentássemos que o ‘empresário político’ é aquele que exerce essencialmente sua função produtiva realizando a reunião das condições sociais, administrativas e políticas da produção. Isso significa que a organização autônoma dos fatores produtivos precede o empreendimento.”<sup>31</sup>

Antes de prosseguirmos, é importante destacar que para Negri o “empresário político” é ainda uma hipótese a ser investigada; mas é uma hipótese que emerge de suas pesquisas empíricas em territórios franceses e italianos e que vem sendo abraçada, de forma crescente e universal, por teóricos e gestores de políticas de inserção social, como aquelas que, aqui Brasil, se colocam a campo para fortalecer iniciativas de auto-organização para a produção que vão do estímulo ao auto-emprego, à criação de microempresas, até o estabelecimento de uma rede de “economia popular e solidária”.<sup>32</sup> Trata-se pois de usar a realidade para fazermos, como diz Negri, um “questionamento metodológico das ciências sociais” que contribui para a construção de um “campo de imanência” alternativo; particularmente alternativo àquele que cinde economia e sociedade (dizemos nós). Refletindo sobre os desafios desse campo de pesquisa, Negri nos diz ainda que:

---

<sup>31</sup> Negri, op. cit., p. 61. Há que ressaltarmos que não vemos a definição da atividade do empresário como política, em contradição com a nossa própria defesa da política em geral como trabalho. Nos primórdios do capitalismo, o empresário se envolvia diretamente na produção, fosse realizando um trabalho semelhante aos seus contratados, fosse realizando um trabalho de organização e gestão bastante diferente do trabalho daqueles. Mesmo assim, ou mesmo sendo trabalho o que ele fazia (estando ou não ao lado de seus trabalhadores), o significado de qualquer dos seus movimentos numa e noutra atividade era sempre o de estimular, induzir e mesmo obrigar a uma certa conduta os seus comandados. Assim, mesmo sendo trabalho, o que ele fazia tinha o significado político de uma ação, de uma liderança sem a qual ninguém saberia o que fazer. Pois hoje, organizar uma empresa em sentido *lato*, não é uma função atrelada ao “gênio” ou ao “tino” característicos de uma personalidade forte (seja no “chão de fábrica”, seja “à frente dos negócios”). Hoje, mesmo quando desempenha uma função mais tradicionalmente tida por política (estimular, induzir, e mesmo obrigar, organizar, dirigir, gerenciar etc.), o empresário está realizando trabalho. Não se trata mais de sua personalidade inovadora em ação, e sim da sua capacidade de organização da capacidade inovadora do ambiente.

<sup>32</sup> O conjunto de políticas de geração de trabalho e renda desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais mudou radicalmente o foco do que era considerado “política social”. Cada vez mais, as políticas sociais transcendem as políticas de compensação, a fundo perdido, de caráter meramente assistencial; sendo, isto sim, políticas de organização da produção local, que incluem a organização da comunidade com o intuito de produzir (que vai da qualificação mais estritamente formal a aspectos gerenciais ou empresariais) e a construção de alternativas de crédito, de comercialização e outros. Vide a esse respeito as experiências narradas por Carlos Aquiles Siqueira em Siqueira, “Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso”. Rio de Janeiro: DP&A, 1999; e/ou a reflexão mais teórica de Singer, P. “Globalização e desemprego – diagnósticos e alternativas”, São Paulo: Editora Contexto, 1998.

“O que surpreende, além de tudo, quando consideramos as áreas metropolitanas do trabalho imaterial, é o fato de que a capacidade empresarial, por um lado, refere-se a uma miríade de sujeitos e de outro lado – mas pelas mesmas razões –, opera em contextos cada vez mais complexos (no que se refere aos empresários políticos institucionais). Hoje, se a complexidade é aqui considerada não como um tabu insuperável da ciência social, mas como sistema ou estrutura das singularidades interativas, encontramos-nos frente a um espaço de análise que pode ser apreendido por um conjunto complexo de metodologias predispostas a essa problemática. (...) Podemos nos limitar a insistir sobre o fato de que as metodologias contemporâneas das ciências sociais prefiguram esse objeto de análise que a pesquisa empírica (em particular a nossa) desenhava. Será, assim, necessário enfrentar preliminarmente os problemas políticos da gestão democrática do patrimônio comum das metrópoles, usando os novos questionamentos metodológicos das ciências sociais, quando o empresário político se apresenta como unidade institucional ou, no caso contrário, quando ele pode ser somente revelado na multiplicidade dos atores. Isso terá por resultado, em qualquer das variantes, impor à base da pesquisa a reunificação do que a tradição sociológica sempre nos apresentou como separado: o empresário contra os atores da produção, o político contra os sujeitos da cidadania social. Ao contrário, é a um ‘campo de imanência’ que a hipótese do empresário político nos propõe investigar.”<sup>33</sup>

Ora, as análises de Negri a respeito do empresário político apontam como novidade na ação deste o fato de ele *se situar no interior dos processos de cooperação social*. O empresário continua sendo o sujeito capaz da concentração de sinergias produtivas e da mobilização de recursos, mas ele só as viabiliza a contento se estiver, ele próprio, *atuando junto aos processos de cooperação*. “Sua potência consiste no fato de ser agora um multiplicador das sinergias espontâneas que determinam a intensidade da cooperação social do trabalho”.<sup>34</sup> Ou seja, se o empresário tradicional sobredetermina

---

<sup>33</sup> Negri, op. cit., p. 75.

a cooperação social e a insere em sistemas de poder verticais, o empresário político “age transversalmente na cooperação social”. Isso não significa, alerta Negri, que ele se identifique com esses processos de cooperação, mesmo assim ele é parte integrante da “força de trabalho social”.<sup>35</sup>

Pode parecer que Negri sobrevalorize o “empresário político”, quando, na verdade, se existe alguma sobrevalorização, ela se encontra na crença de que os processos de cooperação já aparecem para os trabalhadores como sendo o sujeito de toda produção de valor. De fato, há uma vulgarização dos valores do trabalho cooperativo que, de um lado, se é fundamental para a valorização capitalista (haja vista a atenção que a administração tem dado ao tema), de outro, acaba por gerar como efeito colateral aquilo que almejam os revolucionários de Spartacus a Lenin.<sup>36</sup> Por isso, nós e muitos outros esperamos que, do mesmo modo que a valorização puritana do trabalho individual contribuiu para (ainda que sem determinar a) ascensão da burguesia, a valorização do trabalho em equipe contribua para a ascensão dos trabalhadores.

---

<sup>34</sup> Idem, p. 65.

<sup>35</sup> Para responder como pode o empresário político fazer parte de uma força de trabalho que se organiza independentemente dele nas redes, Negri recorre a uma comparação com o sindicalista na configuração anterior. “O novo empresário é uma forma de ‘sindicalista’ do trabalho social generalizado. Ele opera internamente na mobilidade dos diferentes atores da produção, ou seja, dentro dos diferentes elementos/atores da cooperação produtiva, seguindo – lhes, exprimindo linhas de contato descobrindo os dispositivos produtivos, desenvolvendo as tendências a se organizar. Nesse sentido, devido à hegemonia da grande indústria e do sistema capitalista em geral, ele trabalha para o capital: mas nessa figura totalmente particular, e com a mesma extrema ambigüidade com a qual o antigo sindicalista socialista trabalhava para o capital no sistema da velha empresa” (idem, p. 66) Ele acredita, contudo, que essa comparação é ainda insuficiente porque hoje não se sustentariam mais os recortes entre o sindical, o político, o econômico etc.; não porque “o sindical ou o econômico invadiram tudo, mas, ao contrário, porque o político é a forma de existência e de expressão do social” (idem, *ibidem*).

<sup>36</sup> É curioso que mesmo autores que criticam a sobrevida conceitual do trabalho na sociedade atual (como Clauss Offe) reconhecem a alternativa do trabalho cooperativo como forma “democrática e socialista de trabalho”, o que significaria então que o trabalho ainda é uma categoria sociológica-chave. Para uma interessante crítica de Offe (de Kurz e outros) apontando na mesma linha que nós próprios, vide Frigotto, G., “Educação e crise do capitalismo real”. São Paulo: Cortez, 1995 (particularmente o terceiro capítulo).

O que falta acrescentar e que sobressai também na interpretação negriana dos fatos é que só poderemos aproveitar essa conjuntura favorável se soubermos estabelecer redes tão ou mais fortes do que aquelas construídas pela grande empresa capitalista. O que significa que, para tanto, *teremos que unir, na teoria e na prática, todas as formas de trabalho e as "classes" de trabalhadores*. Significa ainda que as redes que devemos reforçar não são aquelas "redes de solidariedade" das quais são afastados todos os elementos da racionalidade econômica (valores, medidas, etc.), mas aquelas que justamente se desenvolvem nesse âmbito.<sup>37</sup>

Dito de outro modo, existe ainda uma luta a ser travada. E mais uma vez trata-se da luta pela apropriação privada ou coletiva dos ganhos do trabalho social. Assim, não acreditamos que os reforços dos laços de cooperação social presentes em alguns territórios pós-crise do fordismo são suficientes para que vejamos já anunciado o pós capitalismo. O que ocorre é que o desenvolvimento deste modo de produção produz constantemente uma massa de capacidades produtivas (científicas, tecnológicas, informacionais, culturais, etc) que cria vínculos no território mesmo antes de ser apropriada pelas empresas<sup>38</sup>. O que não era "perigoso" até aqui porque só os empresários tradicionais – melhor ainda se a serviço de grandes estruturas – poderiam mobilizar produtivamente tais recursos. Como previa Marx, contudo, a produtividade do sistema vai tão além da sua limitada base de apropriação que não apenas se está jogando uma parte do trabalho qualificado para fora da (ainda que vinculado à) grande empresa, como essa mesma produtividade tem barateado e miniaturizado o

---

<sup>37</sup> Esse é o nosso entendimento do que sejam, ou devam ser, as redes de economia solidária que interessam. Vide Campregher, G., "Economia solidária – o que é e o que poderia ser" ([www.apades.org.br](http://www.apades.org.br)).

<sup>38</sup> Até porque as raízes de muitas dessas capacidades existem ali, nos territórios, mesmo antes da existência do próprio capitalismo. Por exemplo, é o que ocorre com as "comunidades cívicas" de que fala Putnam, que fazem parte da história mais longínqua de algumas regiões da Itália, e onde hoje, justamente, se dá um grande salto no desenvolvimento econômico. Vide Putnam, op. cit.

capital fixo, tornando possível o reaparecimento constante de pequenas empresas.<sup>39</sup>

Contudo, nada disso significa que a grande sociedade por ações perdeu poder e influência;<sup>40</sup> mas indica que a reestruturação industrial profunda e geral que teve lugar no mundo inteiro nas últimas décadas tem possibilitado uma nova divisão do trabalho entre os vários tipos e tamanhos de firmas, o que gera, *a depender dos demais elementos do contexto econômico e institucional* do país ou região, uma maior ou menor independência das pequenas em relação às grandes. Em geral, onde a participação política atua paralelamente à organização social fortalecendo-a, e sendo por ela fortalecida, construindo uma estratégia de desenvolvimento que, portanto, não é deixada a cargo do mercado, os resultados são os mais abonadores.<sup>41</sup>

Segundo o diretor do Programa Nova Organização Industrial do Instituto Internacional de Estudos do Trabalho de Genebra, Werner Sengenberger, o principal problema da pequena empresa não é seu tamanho, mas seu isolamento.<sup>42</sup> O que sugere que a solução para o problema do

---

<sup>39</sup> Vide, entre outros, Piore, M. e Sabel, C. "The second industrial...", op. cit.

<sup>40</sup> Em geral, as pesquisas dos especialistas apontam que mesmo onde o crescimento das pequenas empresas tenha sido espantoso, este não se deu de outra forma que não sob o controle das firmas maiores. O que ocorre é que as grandes ampliaram e diversificaram suas atividades, vendendo mais produtos de um leque mais diferenciado, dado que elas mesmas produzem uma parte pequena (ou nenhuma parte) de cada um. Esse processo culmina numa maior integração horizontal e numa maior desintegração vertical que, na prática, tem beneficiado muito mais as grandes que têm aumentado seu volume de vendas acima da média enquanto caem a produção e o emprego, *vis-à-vis* as pequenas onde a produção e o emprego crescem acima da média enquanto as vendas crescem abaixo da média. Ou seja, o resultado líquido é a perda de participação das pequenas, resultado este, contudo que é revertido nos casos onde as pequenas conseguem se unir entre si. Vide Sengenberger, W e Pike, F. "Distritos industriais e recuperação local – questões de pesquisa e de política" in Urani *et al.*, op. cit. p. 101 a p. 146.

<sup>41</sup> Para além do exemplo italiano, vide a história recente da atuação das agências de desenvolvimento européias (e dos fundos públicos que as sustentam) que respondem por muito do progresso socioeconômico de Portugal, Espanha, Irlanda, Dinamarca etc.

<sup>42</sup> Idem, p. 115.

enfrentamento com as grandes empresas seria semelhante à solução dos problemas da classe trabalhadora no enfrentamento com a burguesia, qual seja: “Uni-vos!” Essa união possibilitaria que as pequenas não fizessem a opção pela “via inferior” da reestruturação produtiva – como chama Sengenberger aquela estratégia competitiva baseada na desregulamentação do mercado de trabalho e nos baixos salários, cujos efeitos em nada fortalecem a pequena empresa no longo prazo<sup>43</sup>–; mas é ela a própria essência da “via superior”. Esta se baseia na maior eficiência e na inovação, que viabilizam ganhos salariais e melhoras nas condições sociais (preservação de direitos gerais e oferecimento de padrões adequados de proteção social) que só podem ser alcançados se houver muita cooperação, “participação e utilização conjunta de recursos e a resolução conjunta de litígios”.<sup>44</sup>

Essa aproximação que vimos fazendo das palavras de ordem do marxismo e de autores que até poderiam ser considerados “arautos do pós-fordismo”, está longe de ser uma provocação; embora assim deva parecer a muitos, particularmente àqueles marxistas tradicionais, para os quais qualquer defesa da “nova pequena burguesia” cheira pior que o pior dos revisionismos. E isso na exata medida em que, a despeito de não acredi-

---

<sup>43</sup>“O problema dessa abordagem [da “via inferior”] é que a melhora que proporciona ao desempenho competitivo, se houver alguma, costuma durar pouco. Na maioria dos casos, o que faz é acentuar o mal-estar. Salários ruins e contratos de trabalho por tempo determinado constituem um empecilho para que a firma capte e mantenha a mão-de-obra qualificada de que precisa para ter eficiência e flexibilidade; além disso, este enfoque raramente induz a empresa a ‘investir’ em sua mão-de-obra para torná-la mais produtiva. Assim, como a firma não consegue um desempenho melhor, nem tem outra opção, novos cortes podem vir a ser inevitáveis, o que resulta em uma espécie de círculo vicioso que descreve uma espiral descendente.” Idem, p. 117.

<sup>44</sup> “A *co-operação* é necessária para trocar informações e, assim, alcançar uma eficiência comum. Não pode ser mantida sem que haja relações de confiança entre as firmas, bem como entre empregadores e trabalhadores (...) Os padrões trabalhistas oferecem uma oportunidade de suscitar a concorrência construtiva. Com frequência, contudo, esses padrões têm sido injustamente acusados de gerar aumento de custos, reduzir a eficiência e sufocar a concorrência. Afirmaríamos que, ao contrário, o efeito dos padrões trabalhistas é mais provavelmente oposto, ajudando a conseguir um desenvolvimento duradouro e abrangente.” Idem, p. 118.

tarmos que os novos territórios do desenvolvimento nos autorizem a falar em pós-capitalismo, entendemos que as estratégias de desenvolvimento (mesmo limitadas aos, e pelos, horizontes capitalistas) nesses construídas de modo compartilhado pela sociedade civil organizada, pelas instituições públicas (mais ou menos independentes do Estado) e pelos representantes diretos das administrações (municipais mais que qualquer outra) constituem já um *meio* para a construção do socialismo. Vencedora a estratégia da “via superior”, será esse um *meio* que não justifica nenhum fim distante, mas se justifica a si mesmo. Os trabalhadores articulados nesse modelo têm mais condições de se igualarem técnica e economicamente, porque a igualdade sociopolítica é uma condição daquela e não um resultado.<sup>45</sup>

Em suma, o conjunto das teses que afirmam que a produtividade do trabalho coletivo está disponível em estado “vivo” no local (no território), e não mais exclusivamente mortificada dentro da fábrica; que o empresário político inventa uma forma diferente (transversal e não vertical) de organizar a cooperação social; que as redes de pequenas empresas podem fazer frente às grandes; que a economia dita solidária *pode* construir relações alternativas entre os produtores e entre estes e os consumidores de tal modo a reconfigurar elementos importantes da produção estritamente mercantil (como veremos a seguir) contradiz aquele pensamento antitotalizante que, trabalhando com a divisão das esferas, receia que o econômico contamine o social e o cultural – que tão somente distantes dele teriam algum papel na emancipação dos homens.

---

<sup>45</sup> Isso significa recuperar o compromisso revolucionário que o trabalho tinha no primeiro Marx (dos *Grundrisse*), onde as “possibilidades emancipatórias sociais [se explicavam] diretamente com base no potencial formativo do trabalho, como um potencial educacional, prático” (Maar, op. cit., p. 95); sem prejuízo dos ensinamentos d’*O capital*, onde Marx (no capítulo dedicado à cooperação) faz alusão ao fato de que a atuação conjunta planejada dos trabalhadores seria “a forma do conteúdo racional do valor que este apresenta no processo de trabalho, que assim se despoja neste processo de sua forma mistificadora” (Marx apud Maar, idem, p. 97).

No sentido contrário, afirmamos que também pode haver contaminação do econômico pela cooperação presente no mundo da vida, que ao se tornar produtiva para o capital, também pode se tornar produtiva para a emancipação social, dependendo do que vamos fazer para aproveitá-la. E não será preciso fazer mágica, mas fazer política e economia, pois, como diz Leo Maar:

“A configuração da relação ‘aprofundamento do local – aumento da produtividade’ não é mágica: é uma relação inteiramente econômica, pois ela não significa nada mais que o uso máximo dos fatores produtivos e das economias de escala onde existem reservas de produtividade, ou seja, de cooperação e de organização social produtiva, nada de mágico nessa relação, nada mais que a inesgotável produtividade do trabalho livre e a multiplicação de seu valor através da cooperação. Os únicos limites que podemos suportar a este desenvolvimento são de ordem cultural e política: a ação do empresário de tipo novo é fundamental no que diz respeito a este ponto de articulação. Conseqüentemente, os limites não são absolutos, mas relativos e definidos em condições particulares, e a capacidade de avaliação e de intervenção política no que se refere a eles pode ser determinante. O local é uma substância viva, uma série de relações vitais de articulação de sentidos: flexibilidade e mobilidade são somente a superestrutura de redes dotadas de sentido e, por isso, disponíveis para sinergias. O empresário deve estar em harmonia com o sentido das relações culturais e sociais. A eficácia de sua intervenção será medida através dessa atitude. Longe de caracterizar-se como a ‘colonização’ de ‘mundos vitais’ por subsistemas funcionais (como o queria Habermas), a obra de modernização de nosso empresário se define como ruptura dos limites e revelação dos sentidos produtivos e liberação de toda a racionalidade instrumental sobredeterminada.”<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Idem, p. 68-69.

#### 4. O caso emblemático da “economia solidária ”

Bastante ilustrativo de tudo o que dissemos até aqui são as esperanças de construção de um projeto de sociedade alternativa ao capitalismo a partir da reedição de experiências com base na solidariedade e na filantropia, que se voltam à inclusão no mercado de todo tipo de excluído.<sup>47</sup>

São experiências que envolvem organizações não governamentais com finalidades públicas, organizações privadas sem fins lucrativos, organizações baseadas no voluntariado, cooperativas e sociedades de ajuda mútua, associações de produtores familiares ou de determinada localidade, entre outras – todas, de algum modo, voltadas ao aproveitamento do potencial produtivo de toda uma gama de indivíduos cuja capacidade de trabalho não esteja sendo (pelos mais diversos motivos) organizada pelo capital.

---

<sup>47</sup> Chamamos reedição porque, seja no período da transição para o capitalismo na Europa central, seja na sua construção em sociedades periféricas, seja nos momentos de crise aguda deste em todas as partes do mundo, é possível encontrar tais “experiências” capitaneadas por organizações políticas (partidos ou sindicatos) ou religiosas. A reedição de que falamos comporta, contudo, a novidade fundamental, principalmente no caso das experiências capitaneadas por grupos religiosos, de associar solidariedade e trabalho; ou seja, menos que caridade, quer-se tornar produtivo todo indivíduo e comunidade excluídos. Vide a respeito de todo um conjunto de experiências de “economia social” que datam de mais de um século Desroche, H., “Por un traité d’économie sociale”. Paris: Cidem, 1983. Sobre a descrição e a análise dessas experiências no mundo atual, a bibliografia já é bastante significativa (o que comprova também a importância do seu volume e significado). Por se pautarem por uma ampla pesquisa, citamos Jeanet, T., “La economía social europea. O la tentación de la democracia em todas las cosas”. Valencia: Ciriec, 1999; e Laville, J. L., “L’économie solidaire. Une perspective internationale”. Paris: Desclée de Brower, 1994. Para os casos do Brasil e da América Latina, vide, principalmente, Singer, P. e Souza, A., “A economia solidária no Brasil”. São Paulo: Contexto, 2000; Catani, A. (org.), “A outra economia”. Porto Alegre: Veraz, 2003; e entre o conjunto da ampla obra de Coraggio, J., “Ciudades sin rumbo. Investigación urbana y proyecto popular”. Quito: Ciudad-Sliap, 1991; e Coraggio, J., “Economía urbana, la perspectiva popular”. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

Do ponto de vista que nos interessa aqui, chamaremos todas estas experiências de formas de “economia solidária”.<sup>48</sup> O uso desse termo se justifica por quisermos explorar justamente a associação entre economia e solidariedade, que vemos como a marca distintiva dessas experiências em relação àquelas exclusivamente solidárias (filantropia) ou exclusivamente econômicas (capitalistas). Para tanto, teremos de nos referir rapidamente ao entendimento que temos dos conceitos de economia e solidariedade, até porque não são poucos os estudiosos do tema que, como veremos, preferem dissociá-los.

Assim, “economia solidária” (ES, daqui por diante) significa, para nós, toda e qualquer experiência de produção ou trabalho onde a mediação, a contratação, a organização e a percepção dos resultados deste não seja feitas exclusivamente pelo agente capitalista, pautado, por sua vez, na lógica da acumulação da unidade de capital individual (a empresa). Ou seja, dá-se em alguma das fases do processo uma auto-organização dos trabalhadores e uma definição dos meios e dos fins do “negócio” que transcendem a lógica mercantil especificamente capitalista.

As possibilidades dessa auto-organização são muito maiores hoje porque se de um lado o capitalismo economiza o trabalho que ele próprio organiza, de outro, cresce a necessidade (e a oferta) de produtos e serviços que se organizam às margens do centro dinâmico da economia. É bem verdade que o grosso do valor econômico é produzido nesse centro (que opera com cada vez menos trabalho), enquanto que o grosso do trabalho se auto-organiza às margens produzindo bens e serviços de pouco valor – o que faz com que alguns autores definam essas novas funções como as de uma classe servil, seja porque se trata da produção de bens e serviços

---

<sup>48</sup> A questão do conceito mais adequado para a referência ora do conjunto, ora de parcelas dessas experiências é objeto mesmo de polêmica entre os estudiosos da questão. Quanto aos significados dos distintos termos – “economia social”, “economia popular”, “economia solidária”, “economia popular e solidária”, “socioeconomia solidária” etc. –, e sua adequabilidade às realidades européias e latino-americanas, vide Lisboa, A., “Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano”. Anais do IX Encontro da Sociedade de Economia Política. Uberlândia, 2004, [www.sep.org.br](http://www.sep.org.br); e também Enderle, G. *et al*, “Dicionário de ética econômica”. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

que se situam quase sempre no setor da reprodução da vida (serviços domésticos em geral), seja porque quem pode consumi-los é uma casta empregada e bem remunerada.<sup>49</sup>

Ocorre, contudo, que os ganhos tecnológicos são produtos e precisam ser vendidos; eles não podem circular só no centro do sistema. Assim, não somente podem os pequenos empreendimentos se apropriar dos ganhos da automação, miniaturização, locomoção, informação, associados à permanente revolução tecnológica, como somam a estes formas de ação cooperativa, fruto do outro lado daquela revolução. Ambos tornam possível aos pequenos empreendimentos uma repartição melhor dos frutos adquiridos com esses ganhos produtivos justamente porque aí os trabalhadores se auto-organizam internamente (ou se organizam via mediação de um empresário político), e se organizam em rede externamente. Assim, eles podem transcender os mercados de início dirigidos a eles, alcançar ganhos de especialização antes possíveis tão-somente na produção em grande escala, garantir assiduidade na entrega, enfim, produtividade, qualidade e agilidade; e tudo porque combinam as vantagens da técnica às vantagens de uma organização econômica que é quase política.

Somam-se de um lado, um grande exército de excluídos – não de todo desqualificados para a vida econômica, seja porque, no Primeiro Mundo, tiveram uma grande experiência de fábrica e de mercado, seja porque, no Terceiro Mundo, na falta destas, desenvolveram mecanismos de sobrevivência ricos em adequação ao meio, em cooperação e flexibilidade – e, de outro, as novas tecnologias que tornam competitiva a pequena produção, e as articulações entre os pequenos; podemos esperar que essas formas de auto-organização do trabalho possam prosperar. A questão da transcendência da lógica mercantil se coloca assim possibilitada pela mesma; e se confirma a prédica marxiana de que o capitalismo ruiria não por seus defeitos, e sim por sua qualidade principal de ser muito produtivo (particularmente se se tem em mente sua estreita base de apropriação).

---

<sup>49</sup> Vide Gorz, A. “Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica”. São Paulo: Annablume, 2003. Discordamos, contudo, desse autor justamente porque o volume dessas atividades alcança muito mais que os serviços domésticos.

Isso não significa que acreditemos que a ES seja desde já “um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual”, como quer Singer,<sup>50</sup> primeiro porque um outro modo de produção não necessariamente tem de ser concebido a partir do referencial “propriedade coletiva” e “liberdade individual”; e segundo porque a grande maioria das experiências da ES nem responde a esse referencial, nem coloca nenhum outro. Mas não concordamos também que todos os empreendimentos que se situam no campo da ES sejam apenas alternativas ao desemprego e à pobreza, como querem outros. De fato, estes empreendimentos só sobrevivem combinando à lógica mercantil os ganhos da cooperação que estabelecem, em distintas fases do processo produtivo (circulação aí incluída), a possibilidade efetivamente concreta de um novo “modo de produção”.

Ou seja, se, de saída, a essência dos experimentos da ES é que eles se baseiam na construção de redes de solidariedade que não dispensam, mas pelo contrário, se apóiam na troca econômica, eles têm por isso todo um potencial crítico em relação à dimensão exclusivamente mercantil desta. A questão da justeza dos preços, da justiça distributiva, da irracionalidade acumulativa (uma vez crítica e cíclica para o todo, mesmo que racional para a parte), do julgamento, enfim, do grau de civilidade alcançado pelas sociedades onde domina o capital ganha assim um campo de reflexão mesmo em tempos de derrocada da ideologia socialista. Questiona-se a irracionalidade da produção capitalista mesmo dentro de seus pressupostos. O que diga-se de passagem, o próprio capital já passa a admitir – como quando admite que a produtividade de cada indivíduo seria maior se eles participassem mais igualmente dos resultados da produção ou entendessem melhor a natureza e os meios dos processos produtivos.<sup>51</sup>

É nosso ponto de vista contudo, que esse potencial crítico da ES só se mantém na medida em que ela responde àqueles dois desenvolvimentos de que falamos neste texto até aqui: de construção do novo trabalhador

---

<sup>50</sup> Singer, P. “Introdução à economia solidária”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 10.

<sup>51</sup> O conhecimento tornado fator maior da produtividade coloca em xeque a maximização e o imediatismo do lucro, ainda que não a sua busca e sustentação no longo prazo.

coletivo e das novas formas de enfrentamento da acumulação capitalista. Assim, é nossa preocupação que: 1) a reflexão acerca da ES não reúna apenas aquelas experiências consideradas verdadeiramente ou puramente solidárias (por exemplo, aquelas 100% fundadas nos princípios da propriedade coletiva, da auto-gestão e do não-assalariamento), e só taticamente vejam com bons olhos a sua associação com toda uma gama de experimentos variantes; 2) que não se afaste do horizonte da ES a disputa, pelo conceito e pela prática, não apenas do mercado, mas da acumulação capitalista, sob pena de se condenar a ES à franja inofensiva e até funcional para o sistema econômico – uma vez que cuidando da sobrevivência dos excluídos deste.

Assim é que, no que diz respeito ao primeiro – a construção de um novo trabalhador coletivo no lugar do extinto exército fabril –, um dos aspectos que consideramos crucial é que uma certa restrição do conceito de “solidariedade”, em todas as formulações pertinentes ao campo da ES (vide nota 48), pode excluir de uma aliança mais ampla enormes contingentes de produtores urbanos e rurais por considerá-los demasiadamente vinculados à lógica de mercado.

Assim, não é de se estranhar que as políticas públicas de administrações ditas mais progressivas, em contraposição a instituições mais historicamente conservadoras, separem freqüentemente as ações e os programas mais voltados ao fomento do desenvolvimento econômico (como, por exemplo, a criação ou o fortalecimento de arranjos produtivos de base territorial) de programas de combate à pobreza e à exclusão,<sup>52</sup> como se se tratasse de ações inconciliáveis. Tal separação, para nós, barra a

---

<sup>52</sup> De modo como nos dizíamos contrários às recomendações, por exemplo, de órgãos internacionais como a ONU ou o Banco Mundial, que defendem a unificação das políticas públicas ditas sociais (de compensação ou transferência de renda) com políticas de desenvolvimento econômico. Esses órgãos não cansam de enfatizar como as populações carentes são levadas cada vez mais a se articularem em torno de projetos de geração de trabalho e renda, que guardam interfaces com projetos outros de educação, de construção de moradia, de prestação de serviços de saúde etc. Do mesmo modo, é cada vez maior a integração de governo e sociedade civil para constituir essas redes de “assistência”, cada vez mais entre aspas. Para o caso brasileiro, vide, por exemplo, Siqueira, C. A., “Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso”. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

recuperação, digamos, mais “à esquerda” daqueles conceitos de “cooperação” e “competição” que, acompanhando as mudanças do trabalho no mundo real, poderiam promover uma mudança de rota de parte do pensamento crítico que passaria assim a disputar com a burguesia a exploração (econômica e ideológica) de valores que eram antes propriedades exclusivas daquela.<sup>53</sup> Na mesma linha, fortalece-se a idéia de que existe um divórcio entre as chamadas racionalidades instrumental (econômica) e substantiva (humana, solidária) que está na base da separação entre o trabalho e a interação social de que falamos na segunda seção deste texto.

As nossas apreensões quanto àquela cisão habermasiana repetem-se aqui no que diz respeito àqueles projetos de expansão e fortalecimento da ES que, mesmo querendo colocar o trabalho a serviço da cooperação (e não exclusivamente a serviço do lucro), não colocam a cooperação a serviço do trabalho. Isso é impossibilitado sempre que os bons valores do associativismo e da solidariedade são associados aos pobres sem alternativa de inserção na esfera produtiva capitalista, enquanto que os maus valores da competição e do individualismo são associados aos empreen-

---

<sup>53</sup> De nossa parte, isso coloca em xeque a nossa esperança de que se tinha rompido o pacto mais que ideológico que rezava para a classe dominante que enquanto fizesse o discurso da competição interindividual, desse conta de se aliar entre si e se apropriar o mais possível dos ganhos da cooperação forçada do trabalho alheio; e para a classe dominada que enquanto fizesse o discurso da aliança dos trabalhadores, desse conta de brigar entre si por emprego, salário e os favores do patronato. Assim nós (trabalhadores) cooperávamos com eles (patrões) quando negávamos a concorrência como valor, ainda que ela nos guiasse os passos. O próprio elogio da cooperação era pouco! Preferíamos a solidariedade (mais humanista ou cristã) à cooperação, até porque esta tinha um significado econômico (o que crescentemente veio a significar “maligno”). Enquanto isso, nos engalfinhávamos nos partidos, sindicatos, nas empresas e por todo lado. Todos diziam: o problema das esquerdas é que elas brigam mesmo nos momentos mais difíceis, ou seja, quando a direita se une. Por trás de toda essa fábula estava a problemática do individual X o social (ou coletivo); problemática difícil de ser resolvida com a afirmação pura e simples de uma das duas partes. Pois é justamente a complexificação dessa contradição que deixou de ser patrimônio científico-filosófico (ou político-ideológico) para se tornar uma questão de sobrevivência, e não só do indivíduo, mas do próprio socialismo. A redefinição das práticas – mais que dos termos – cooperação, competição, individualismo, coletivismo, entre outros, está hoje em discussão como nunca esteve antes: de modo absolutamente concreto e material.

dedores que, no fundo, almejavam sempre a se tornarem grandes o suficiente para assalariarem os demais.<sup>54</sup>

Desse modo, ao contrário de uma apropriação do que Cocco chama de “perda da hegemonia capitalista da racionalidade instrumental”, tem-se ou um desinvestimento político-social nos pequenos empreendimentos, ou, menos pior, um investimento meramente tático, que não se efetiva numa estratégia de construção de uma alternativa real à lógica do capital.

Semelhante ao caso da divisão dos públicos conforme o reconhecimento de duas racionalidades distintas é o que ocorre com a problemática da acumulação. É mesmo comum, entre os que advogam os “bons valores” da economia solidária, pensar que esta só pode (ou mesmo deve) sobreviver como franja na sociedade capitalista, sem se contaminar com os seus valores. Isso desobrigaria qualquer disputa do *sentido* mesmo da atividade econômica com esse sistema e condenaria os empreendimentos da ES a reparar as mazelas sociais advindas do mesmo, enquanto esperam por uma falência sua espontânea.

Do nosso ponto de vista, para ousarmos construir uma alternativa à acumulação capitalista, não podemos nos satisfazer com as franjas que essa própria economia nos permite, enquanto idealizamos um socialismo que nasça apenas da ruptura e não de reformas no capitalismo. Para transcender o espaço das franjas, acreditamos que o critério da organização democrática e solidária da produção não pode funcionar como um critério de corte, mas como *um critério de alcance*. Ou seja, não estão no nosso

---

<sup>54</sup> A disjuntiva filosófica (para nós completamente equivocada, vide Campregher, “Contribuição à crítica...”, op. cit., parte I) que separa “o sistema” e o “mundo da vida” tem produzido efeitos deletérios entre os estudiosos das distintas formas de ES. Assim é que para Lavelle, por exemplo, ao contrário da economia capitalista que se guia pelos princípios da acumulação desenfreada e pela competição individual, a ES se guia por “fatores humanos”. (Vide Lavelle, “L’économie solidaire...”, op. cit.). Não é à toa que na França o estatuto das empresas de economia social as define como sendo aquelas que, tão-somente, reinserem pessoas em dificuldade. Essa absolutização purista não é, contudo, regra sem exceções. Há os que a recusam (por exemplo Razeto, L., “Economia de solidariedad y mercado democrático”, Santiago de Chile: Academia de Humanismo Cristiano, 1984). Mesmo assim, é, em geral, superficial a reconciliação que ensejam entre a ES e os valores da racionalidade instrumental, do individualismo etc.; se contentando muito mais em admitirem que os puros valores da solidariedade não caracterizam exclusivamente os empreendimentos solidários.

campo de atuação só aqueles segmentos dos trabalhadores que se organizam para produzir de forma cooperativista, autogestionária, a mais democrática e igualitária possível; mas também aqueles que, se ainda não se organizam assim para a produção, já o fazem (de algum modo) para a compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, ou para a construção de estratégias de venda, ou para o desenvolvimento de tecnologias, ou têm uma ação solidária com projetos de desenvolvimento local, com o equilíbrio ecológico, etc. etc. etc.

Isso significa que aqueles empreendimentos que se organizam em redes de cooperação mútua podem ser solidários entre si e com o meio ambiente (natural e social), uma vez que precisam ser solidários com o território onde estão enraizados, pois é do melhor aproveitamento dos recursos socioculturais ali presentes – e ainda não explorados, ou mal explorados pelo capital – que irão retirar o seu diferencial de produtividade e sustentabilidade. Essa solidariedade é mais eficiente para o enfrentamento da acumulação capitalista – seus sucessos predatórios (concentradores de riqueza e poder, negadores de trabalho vivo, destruidores do meio ambiente etc.) e suas crises (desemprego de recursos, violência social, destruição de capital etc.) –, que a solidariedade entre os indivíduos que se desenvolve apenas como defesa contra os desajustes sociais gerados por aquela acumulação concentradora. Ou seja, do nosso ponto de vista, a ES tem mais chance de vir a ser uma alternativa à lógica capitalista se desenvolver a solidariedade entre empreendimentos algo distintos ideologicamente, em vez de se restringir à solidariedade no interior de uma rede de iguais ou, pior, de se tornar um mero selo de qualidade de empreendimentos particulares.

O crescimento das redes é uma realidade que, como víamos anteriormente, rivaliza com a acumulação capitalista por ser esta vertical, enquanto a primeira é horizontal. A desconcentração é, de fato, um atributo da flexibilidade que caracteriza a acumulação capitalista pós-crise do fordismo. Se, de um lado, o próprio sistema aprende a tirar benefício de mais essa crise, de outro, esses benefícios passam a estar disponíveis também para a construção de um sistema alternativo se tivermos condições de articular, como o faz a propriedade (principalmente se utilizando da via financeira), essas unidades dispersas. Como vimos também, aparen-

temente a forma capitalista de uma empresa-rede ainda é menos flexível que a rede de empresas baseadas na cooperação.<sup>55</sup>

A essa lógica de raciocínio poder-se-ia objetar: por que os pequenos empreendedores, considerados tão reacionários nas análises clássicas do marxismo, seriam hoje um segmento mais avançado na luta contra o capital? Ao que poderíamos responder com um questionamento semelhante: se também o lumpesinato foi considerado por Marx “massa de manobra” da classe dominante, por que ele deveria ser hoje o público alvo da construção de uma economia alternativa – popular e solidária?

Do nosso ponto de vista, a resposta para ambas as perguntas é: porque ambos são diferentes do que foram no passado. No que diz respeito aos pequenos empresários de hoje, ao lado daqueles que saíram perdedores da concorrência capitalista – e que, uma vez definitivamente afastadas as suas condições de reintegração à classe dominante, poderiam (segundo o Marx do *Manifesto Comunista*) se juntar, senão às velhas “fileiras do proletariado”, a uma nova composição da classe trabalhadora – estão também aqueles que saíram fora do assalariamento por “livre” pressão das forças de mercado ou por livre vontade (trabalhadores do conhecimento, profissionais liberais etc.). Do mesmo modo, o lumpesinato de hoje não é mais a massa menos ignara, sem qualquer experiência de trabalho e sem qualquer capacidade cultural e crítica.

Isso significa que a referência ao vínculo econômico torna-se cada vez mais fraca e, com ela, a solidariedade na produção. Ou seja, se de fato é o fim da “solidariedade operária” que tinha lugar nas fábricas imensas onde o exército de assalariados se reunia para produzir mercadorias, há também uma ideologia crítica ao sistema; essa solidariedade dos trabalhadores pode ser inventada fora das fábricas! É importante lembrar que se a solidariedade operária nos deu um sindicalismo forte, nem por isso foi suficiente para montar um projeto socialista diferente do estatista. Podemos esperar outra

---

<sup>55</sup> Pelo menos é o que indicam as pesquisas a que já nos referimos de Paolo Gurisatti que, refletindo sobre o caso da “Terceira Itália”, nos diz que: “A diferença mais marcante em relação aos modelos comparados não se refere tanto aos aspectos econômicos (estáticos) e aos custos, quanto ao pacto social e às regras de funcionamento: o grau de participação no investimento e na distribuição da renda é mais elevado nos sistemas em rede e nos distritos e se traduz em maior eficiência, diante das turbulências externas”. Gurisatti, P., op. cit., p. 86.

coisa daqueles que já foram assalariados mas não são mais, unidos aos que o são ainda, mas não vêem nisso nenhuma garantia de estabilidade futura, e unidos aos que jamais o serão. O projeto de socialismo que pode sair daí é, por isso mesmo, menos centrado na experiência do trabalho restrito a uma lógica de fábrica (que foi o que o capital o tornou).<sup>56</sup>

É o que ocorre com a questão do território. O vínculo territorial avança em plenos tempos de globalização, justamente porque o vínculo econômico está se desfazendo, ou melhor, se refazendo. Mas não é só isso: se assim o fosse, o lado negativo deste processo – os movimentos nacionalistas, separatistas, racistas, entre outros extremismos – seria muito mais proeminente do que o tem sido. De fato, a novidade positiva é que está se criando um *novo vínculo econômico* sobre o vínculo territorial.<sup>57</sup>

Exemplar disso é a expansão do vínculo entre produtores rurais e a terra que, já há algum tempo, na Europa principalmente, vem ganhando novos contornos. Este novo vínculo requalifica a relação com o que antes era unicamente afetivo (a terra natal) e o que era puramente econômico (a opção de emprego), na medida em que o campo oferece condições de trabalho e de urbanização, mas uma urbanização diferente da gerada pelas grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos. Também no campo existe a chance de uma produção mais flexível, menos subjugada aos critérios exclusivos da escala; o que não significa que os trabalhadores da terra (sejam eles pequenos agricultores, agricultores familiares, ou o proletariado rural) desconheçam o cálculo capitalista ou as necessidades mínimas de sustentação do negócio, como o conhecimento das possibilidades de comercialização, por exemplo.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Isso não significa ser menos centrado no significado econômico do trabalho, como veremos a seguir.

<sup>57</sup> Vide a respeito Lefebvre, H. “O pensamento marxista e a cidade”. Editora Ulisseia, 1972; e Lefebvre, H. “A vida cotidiana no mundo moderno”. São Paulo, Editora Ática: 1991; Santos, M. “O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

<sup>58</sup> No Brasil, até mesmo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) já tem a sua “marca”, virou grife, tem produtos oferecidos em lojas sofisticadas e está em vias de exportar seus produtos ecológica e politicamente corretos.

O que urge, então, é fortalecer esses vínculos. Trata-se de um objetivo que pode ser alcançado sempre que se pensa o tema da ES relacionado a um projeto de desenvolvimento que procure integrar as pequenas e micro-empresas locais e/ou regionais ao mercado capitalista nacional e internacional inclusive. A solidariedade entre essas empresas é construída ao mesmo tempo em que se procura construir um conceito de solidariedade entre os indivíduos e entre estes e o meio ambiente, diferente daquela solidariedade falsa e hipócrita propagandeada pelo capital. Mais que isso, ela é o meio no qual as pessoas aprendem que a solidariedade e a cooperação não são sinônimo apenas de atitude cristã e/ou moral, mas têm também um conteúdo racional.

Assim, o nosso conceito de ES se parece muito com o de Paul Singer:

“De uma forma geral, é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microempresa e oferecer-lhes possibilidade de cooperação e intercâmbio, que aumentem suas probabilidades de êxito. O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A idéia básica é, mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc.”<sup>59</sup>

Essa abertura do conceito para “os produtores de todos os tamanhos e tipos” não é para nós, como acreditamos não ser para Singer, uma concessão tática. Não existe, ou não deveria existir, diferença entre a solidariedade boa, entre os muitos e fracos, e a solidariedade de tipo ruim, entre os poucos e fortes. A solidariedade é uma só, é a capacidade de procurar a identificação, a universalidade, por trás da diferenciação e da particularidade. Obviamente, a igualdade ou a homogeneidade entre os par-

---

<sup>59</sup> Singer, P. “Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo”, *Proposta*, n. 72, março/maio de 1997.

ticulares facilita a solidariedade, como ocorre com os grupos étnicos, culturais e outros. Nesse sentido, os capitais só são solidários entre si porque são qualitativamente idênticos (e o valor maior atrai o menor). Mas não é semelhante a esta, a solidariedade entre os que nada têm?! O difícil de construir é a solidariedade complexa entre os organismos construídos sobre essa primeira (limitada) forma de solidariedade.

Assim, uma economia solidária em sentido forte é uma economia onde a solidariedade que se impõe é uma solidariedade entre grupos complexos e não apenas entre indivíduos no interior de pequenos guetos (por mais politicamente corretos que estes sejam). Por isso a síntese dialética que colocaria a solidariedade num outro patamar passa justamente por substituir a solidariedade entre indivíduos despossuídos pela solidariedade entre indivíduos-proprietários (que é diferente de proprietários individuais).<sup>60</sup>

Em termos objetivos, um modelo que se apóia na formação de redes de empresas procura fortalecer o indivíduo dentro do grupo ao mesmo tempo em que busca fortalecer o grupo pelo enriquecimento das capacidades individuais ali reunidas.<sup>61</sup> Assim, nesse modelo, não faria sentido opor solidariedade e individualismo, ou competição e cooperação, como ainda propõe um modelo de rede de solidariedade que restringe a partici-

---

<sup>60</sup>Marx dizia já no *Manifesto* que o problema da propriedade privada capitalista é que ela é “propriedade privada individual”, ou seja, para que alguns sejam proprietários, outros não o podem ser. Donde retiramos que o socialismo não precisa ser a propriedade coletiva abstrata, cuja realidade concreta repousaria no Estado ele pode ser a *propriedade privada socializada*, o que é absolutamente coincidente com a idéia de podermos – todos – ser pequenos proprietários-empresários.

<sup>61</sup> O que ocorre no interior dessas redes e capacita cada vez mais indivíduos e grupos é que “análise do mercado, projeto do produto, processo decisório, lucros e investimentos são subdivididos entre um grande número de operadores e, sobretudo, entre os empresários de ‘primeira linha’ (que assumem a tarefa de representar no exterior a capacidade produtiva do distrito, recolhendo demandas além da capacidade diretamente controlada por eles próprios) e o grupo dos empresários de fase ou terceirizados (que assumem, por sua vez, o papel de produtores das mercadorias e serviços demandados pelo mercado) (...) Nesse modo de organização da produção, o grau de participação nas decisões estratégicas do sistema (cadeia) é muito alto em todos os níveis”. Gurisatti, op. cit., p. 87.

pação deste ou daquele tipo de organismo que não se coaduna com o tipo “ideal” de solidariedade.<sup>62</sup>

Muito menos caberia opor os termos economia e solidariedade, como se para haver solidariedade tivéssemos de destruir toda a economia. Infelizmente, para nós, é exatamente isso o que faz um estudioso brasileiro do tema, em publicação que reproduz um importante debate acadêmico com pretensões de popularização entre os trabalhadores. Diz ele, simplificando questões as mais complexas:

“... sobre a noção de ‘ economia solidária ’, gostaria de chamar a atenção, em primeiro lugar, para o caráter paradoxal da expressão. Numa linguagem sofisticada, eu diria que ‘ economia solidária ’ é um ‘ oxímoro ’, é um paradoxo em si. O mundo da economia, tal como ele existe, o mundo da sociedade onde a economia domina é, sobretudo, na representação dos economistas, mas não apenas – sejam eles clássicos ou neoclássicos –, o mundo da guerra de todos contra todos (...) Se fosse possível sintetizar a luta dos trabalhadores nos últimos dois séculos, seria possível experimentar a seguinte frase: ‘ A luta dos trabalhadores é a luta contra a economia, é a luta contra o imperativo da economia ’.”<sup>63</sup>

E a imprecisão dos conceitos aumenta ainda mais.

“Mundo do trabalho e suas leis: a lei do mais forte, a lei do lucro, a lei da produção pela produção. Ao longo da história deste mundo e de suas leis, a história das lutas, da solidariedade. Desde sempre, quando se instaurou, foi a solidariedade contra as leis da economia, contra as exigências da economia, contra as exigências da tecnologia.

---

<sup>62</sup> Como na teoria do desenvolvimento de Albert Hirschman, teríamos enfim que o individualismo (que nunca deveríamos ter permitido se tornar um ícone do capitalismo) e o sentido comunitário se fundiriam harmoniosamente. Hirschman, A. “The strategy of economic development”. Yale University Press, 1958, cap. 1.

<sup>63</sup> Vinner, C. “O presente de um futuro possível”, in Guimarães, G. (org.) *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate (transformações no mundo do trabalho)*, p. 37 a p. 61. Essa primeira parte da citação está nas páginas 45 e 46.

A economia é o lugar da competição e da guerra. Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas. Daí a perplexidade frente a expressão “economia solidária.”<sup>64</sup>

Não será preciso esclarecer que tais afirmações vão no sentido diametralmente oposto a tudo o que defendemos aqui. Se existem novas possibilidades para o trabalho coletivos elas se encontram na reconciliação entre os sujeitos e os objetos da economia e da solidariedade, que, de todo modo, sempre estiveram intrincados, formando as próprias bases de todo e qualquer modo de produção. É só o capitalismo que os cinde, afasta, fetichiza. E se a crítica deste aceitar tal disjuntiva, então teremos de nos conformar com a transformação da ES numa nova versão do velho e historicamente inseqüente socialismo utópico.

---

<sup>64</sup> Idem, p. 47.